

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária: quantificando uma “outra economia”¹

Por Eugênia Motta²

Palabras clave: economía solidaria, definiciones, cuantificación

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES – foi criado em 2004 no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esta Secretaria pertence ao Ministério do Trabalho e Emprego e foi criada pelo Governo Lula em 2003.

Em 2005, como principal ação de implementação do SIES realizou-se em todo Brasil o chamado Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários. O principal instrumento da pesquisa foi aplicação de um questionário juntos aos empreendimentos no seu local de funcionamento.

Nesta apresentação pretendo tratar do mapeamento em dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à forma como os agentes do mundo da Economia Solidária a definem como “outra economia” centrada na definição do objeto do mapeamento: os Empreendimentos Econômicos Solidários. O segundo aspecto é a forma pela qual esta definição é construída no que diz respeito à conjugação da lógica da estatística estatal e a lógica do “movimento” da Economia Solidária (ES).

Antes de tudo é necessário apontar algumas das características deste mundo da ES e da origem tanto da SENAES como do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.

A Economia Solidária, segundo seus agentes, é uma forma de fazer economia que se difere da economia capitalista e tem como valores a cooperação e a solidariedade. A preocupação com a preservação ambiental, com o combate ao racismo, ao machismo e à exclusão social também estão presentes. Seria possível fazer economia, na produção de mercadorias e serviços, na comercialização e no consumo de forma que todas as decisões e a partilha dos resultados fosse feita próprios trabalhadores de forma igualitária.

¹ Ponencia presentada durante las I Jornadas de Estudios Sociales de la Economía co-organizadas por el CESE del IDAES y el NUCeC del Museu Nacional de la UFRJ, julio de 2006.

² E. Motta es Doctoranda del Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – UFRJ Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia.

Entre as formas econômicas que a Economia Solidária assumiria estão cooperativas, fábricas recuperadas, clubes de troca, bancos e moedas sociais entre outras, cujos princípios estariam ancorados na autogestão e na solidariedade.

É a partir destas idéias que se constitui um mundo com agentes os mais diversos, envolvendo acadêmicos de diversas áreas, organizações sindicais, organizações não governamentais e da Igreja e pessoas que trabalham em governos. Inicialmente constitui-se um Grupo de Trabalho que passou a se reunir no I Fórum Social Mundial, em 2001. Este grupo, denomina GT- Brasileiro, no final de 2002 e durante a chamada I Plenária Nacional de Economia Solidária, elabora uma carta dirigida ao futuro governo de Lula, pedindo a criação de um espaço institucional na esfera federal para tratar da Economia Solidária.

Em 2003 é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Como titular assume o economista Paul Singer, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e introdutor da expressão Economia Solidária no Brasil. Três dias depois da posse de Singer, é criado, durante a 3ª Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, composta basicamente pelas mesmas entidades que compunham o GT-Brasileiro.

Fronteiras entre a Economia Solidária e o Estado

Os limites entre o mundo da ES e o Estado estão longe de serem claramente demarcados. A começar pela origem da expressão Economia Solidária, e com ela de todo este universo de representação e articulação entre os diversos agentes, não é possível desconsiderar o Estado. A primeira vez em que a expressão é usada publicamente é num artigo no jornal *Folha de São Paulo* em 1996. O artigo é assinado por Paul Singer e trata de um programa de para a prefeitura de São Paulo. Posteriormente, no governo do estado do Rio Grande do Sul que começou em 1998, pela primeira vez a ES ganha estatuto de política de governo.

A maioria das pessoas que trabalham ou trabalharam em governos já tinham antes participação no “movimento”. Não é possível, por isso, estabelecer fronteiras rígidas entre agentes do Estado e outros militantes, sendo comum que uma mesma pessoa assuma o papel e seja reconhecida como militante e em outros momentos como “gestor público”, categoria usada para definir aqueles que trabalham em espaços do Estado. Além disso, o FBES é composto por três segmentos, que em algumas situações se

reunem e tomam decisões separadamente. Um destes segmentos é o de “gestores públicos”, outros dois são os “empreendimentos” e as “assessorias”.

Para analisar o mapeamento é preciso compreender o Estado nas suas duas dimensões: como agente, com mecanismos de ação e lógica própria, mas também como um espaço de interação, negociação e conflito. O Estado como agente está presente como foco das reivindicações de reconhecimento da categoria “empreendimento econômico solidário” e como uma das lógicas de que o mapeamento tem que dar conta. Como espaço de interação o Estado é o lugar em cujas estruturas é possível negociar sentidos e estabelecer “parcerias”.

Outras fronteiras: a Economia e a Economia Solidária

O termo “economia” que compõe a expressão Economia Solidária assume, nos diversos espaços de discurso (escrito ou não) dois sentidos basicamente. O sentido mais comum é que “economia” se refere aos processos e relações sociais envolvidas na produção, circulação e consumo de bens materiais e serviços, geralmente mediados pelo dinheiro. Noutro sentido a “economia” é considerada como entidade separada do social, autônoma, fria e desumanizada. Ganha o sentido daquele espaço em que prevalecem relações de competição e concorrência, como equivalente de “mercado”.

Alguns agentes da ES defendem que o sentido “original” e etimológico da palavra economia seja resgatado. Voltar ao sentido de administração da casa é ligar a economia à família, à intimidade e remeter aos valores que supostamente prevalecem no espaço doméstico e “humanizar” a economia. É neste sentido, não deixa de estar implícito que a economia que se pratica hoje, seria uma perversão de um suposto sentido primordial. Não deixa de ser ambíguo que a economia seja vista como algo a ser combatido (quando vista como espaço da frieza) e ao mesmo tempo algo a ser resgatado (quando se propõe a volta às origens). Mas essa ambigüidade tem a ver com as concepções sobre a economia contra as quais os agentes da ES se contrapõem. Para a teoria da ES, é preciso construir um novo homem para voltar às origens, resgatando a natureza real do nosso comportamento. A mesma ambigüidade pode ser vista em relação à diferenciação que é estabelecida entre as cooperativas verdadeiramente solidárias e as “falsas cooperativas”. Frequentemente o cooperativismo do qual a ES se diferenciaria é chamado de “tradicional” e “velho cooperativismo”. Mas ao mesmo tempo se defende que o cooperativismo solidário é o original, o primeiro tipo de cooperativismo e o falso seria também uma perversão das origens.

A ES nega a concepção de que os seres humanos se comportariam naturalmente com base no desejo de maximizar o seu lucro de forma absolutamente racional e individualista. Este comportamento seria fruto não de uma suposta essência, mas do capitalismo que, ao contrário, vai contra a natureza essencialmente solidária. Esta concepção às vezes está baseada no argumento de que a natureza funciona de forma solidária e cooperativa.

A comprovação disso seria o fato de que, quando “excluídos” do capitalismo, os indivíduos tenderiam naturalmente à cooperação (um argumento central da ES, inclusive sobre suas origens).

Mas o “homem solidário”, não diferiria do “homem econômico” por sua falta de racionalidade. A racionalidade solidária estaria no fato de que só é possível ao indivíduo estar bem quando o mundo a sua volta também está. Além disso, residiria no fato de que, para ser feliz, não basta ao homem ter dinheiro, mas precisa pertencer a uma comunidade, ter laços de afeição pelos que são próximos e desfrutar de uma segurança que só o sentimento da solidariedade, num sentido forte, poderia oferecer.

A preocupação com o meio ambiente também se insere na racionalidade do homem solidário. Para os profissionais da ES não existe nenhuma racionalidade em, em nome do lucro, destruir a ambiente que o cerca, já que esta destruição impediria o próprio usufruto do lucro.

Os profissionais da ES vão encontrar as fontes da desigualdade e da pobreza, não nas supostas falhas exteriores ao capitalismo, mas na sua própria lógica que tende a excluir. Os fundamentos dos argumentos da ES não diferem em natureza dos argumentos de outras teorias econômicas. Recorre da mesma forma a uma suposta natureza humana, às práticas econômicas como estruturadoras da sociedade e capazes de produzir bem estar para todos.

Reconhecendo que a Economia pode ser a base de um sistema injusto, a ES propõe que a partir desta mesma base seja possível produzir igualdade e cooperação, esta seria a “outra economia”.

Quantificando a solidariedade: definindo os empreendimentos econômicos solidários

Como encaixar esta concepção de economia de forma que se produza índices, estatísticas e, mais do que isso, que estes números tenham sentido dentro da lógica do Estado? Essa foi a questão que esteve presente desde a concepção do mapeamento e que

permeou explícita ou implicitamente a elaboração e prática da pesquisa e ela esteve centrada na definição do que é um Empreendimentos Econômico Solidário (EES), lugar onde a Economia Solidária acontece.

A caracterização dos EES deve ser vista sob duas dimensões. A primeira delas é a da construção de parâmetros, de características mensuráveis que definem este objeto de representação central no mundo da ES. Outra dimensão é a do reconhecimento do pertencimento ao mundo da ES, questão fundamental para o movimentos.

O principal parâmetro que operava no mundo da ES para definir um empreendimento era uma combinação entre auto-reconhecimento e reconhecimento por parte de seus pares. No limite o que definia um empreendimento solidário era que seus participantes pertencessem às redes de relações do mundo da ES, principalmente participando de reuniões e encontros.

No mapeamento, era preciso dar conta desta definição, mas ao mesmo tempo criar meios que permitissem uma definição “objetiva” que pudesse atender às demandas de uma pesquisa de governo, que se propõem como geradora de conhecimento estatal.

Existe um Grupo de Trabalho (GT) de “Banco de Dados” que é um instância de parceria entre o FBES e a SENAES que elaborou estes parâmetros. Foi este grupo, composto com representações do “movimento”, da SENAES e acadêmicos que elaborou toda a concepção da pesquisa e de seu objeto.

Segundo definição do “Guia de Procedimentos do SIES”, empreendimentos econômicos solidários são organizações: “coletivas e suprafamiliares (...) cujos participantes exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação de recursos”; “permanentes e não práticas eventuais”; “que podem dispor ou não de registro legal”; “que exercem atividade econômica (...) que seja a ‘razão de ser’ do empreendimento”; e podem ser “singulares ou complexas”.

Os parâmetros, mesmo tendo sido produto de uma longa discussão, foram objeto de controvérsia inclusive durante a pesquisa. Algumas críticas diziam respeito ao fato de que o questionário “não dava conta da diversidade” ou excluía empreendimentos que sim fazem parte da ES. O argumento em contrário é o de que não seria papel da pesquisa dizer quem é ou não pertencente à ES. Este argumento tem como base a idéia de que se um empreendimento encaixa ou não nos parâmetros, este fato não o define como pertencente ou não à ES. A determinação estaria em outra instância. Podemos constatar que a questão era a adequação dos procedimentos da pesquisa à realidade, à materialidade de uma “outra economia”, que existe e funciona de fato.

O caminho encontrado para contornar as dificuldades que os parâmetros criaram na fase de aplicação dos questionários foi delegar a palavra final sobre a adequação do empreendimento aos parâmetros da pesquisa às EGEs – Equipes Gestoras Estaduais. Estas equipes deveriam ser compostas por representantes dos Fóruns estaduais de Economia Solidária, pela Delegacia Regional do Trabalho (que é a representação estadual do MTE) e por representantes de universidades. Note-se que na própria composição das equipes os diferentes compromissos do mapeamento estavam expressos. O compromisso do movimento com a mobilização e como interessado primeiro nos resultados, da geração de dados estatais e também o compromisso com o rigor científico. Estes três compromissos explícitos foram os parâmetros entre os quais as discussões e práticas da pesquisa foram constantemente negociadas.

A definição dada ao objeto da pesquisa e a forma como foi orientada a sua aplicação então impediu que os empreendimentos fossem definidos puramente por critérios numéricos, sendo que, em última instância, o reconhecimento pelos pertencentes ao mundo da ES era o definidor da possibilidade de inclusão na forma despersonalizada e generalizadora da pesquisa estatística.

Os parâmetros para a definição do objeto “empreendimento econômico solidário” foram elaborados como “definição mínima”, segundo seus elaboradores, o que quer dizer que eles não são vistos como absolutos ou capazes de imprimir um sistema de “sim ou não”. Esta definição mínima também significa que este foi o acordo mínimo a que foi possível chegar dentro de uma parte do “movimento”. Para se chegar ao nível de objetividade expresso por estes parâmetros foi necessário um ano de reuniões e debates. Na mesma medida em que uma certa ambigüidade esteve sempre presente neste mundo na relação com o Estado, posta em evidência, por exemplo, na desconfiança explícita durante encontros, ela está presente na própria pretensão em se quantificar a ES e na prática da pesquisa em si. Ou seja, as representações e formas de organização da chamada Economia Solidária fugiam, antes de serem apreendidos pelo SIES, de qualquer lógica numérica, de limites estatísticos. Estão entre a idéia de que a ES é uma realidade palpável e ao mesmo tempo um projeto de mudança. Principalmente porque o caráter generalizador das categorias que se pretendem estatísticas se confronta com o discurso da diversidade, da autenticidade e da singularidade, representações fundamentais, objeto de celebrações muitas vezes ritualizadas durante encontros.

Assim, só se pode compreender as questões relativas à quantificação da ES se levarmos em conta que esta possibilidade levanta questões que dizem respeito à toda a dinâmica

deste mundo, como, por exemplo que características os diferentes grupos valorizam mais ou que tipos de profissionais estão atuando neste esforço. Dentre os agentes envolvidos na ES, sejam indivíduos ou entidades, existe uma grande variedade no que se considera mais importante como caracterização dos empreendimentos, o alcance político das transformações pretendidas e da relação com o Estado. Na medida em que se transformou em perguntas de múltipla escolha todas estas questões em alguma medida, a diversidade aceita e, mais que isso, condição de existência deste mundo é problematizada.

Um dos aspectos que envolveram as discussões de maneira direta ou indireta por parte dos agentes da ES sobre o mapeamento dizem respeito a um tipo de “objetivação”, que possa tornar quantificáveis conceitos como “solidariedade”, “autogestão”, “democracia” e “horizontalidade”. Todas estas palavras representam valores e várias definições de cada uma delas convivem no mundo da ES. Isto não se confunde porém com uma total falta de acordo sobre alguns de seus significados e, especialmente, com seus opostos. A tentativa, no questionário, foi transformar estes valores em índices que permitissem medir e comparar, mas de tal forma que as diferentes concepções existentes sobre a ES pudessem estar contempladas.

Chamar estes conceitos de “valores” não significa que sua existência só é reconhecida num plano abstrato ou moral. Eles são valores na medida em que marcam as representações não apenas de o que deva ou não ser o comportamento das pessoas ou a sociedade, mas de como devem funcionar a administração de empresas, por exemplo. Mais do que isso, a democracia e a solidariedade, por exemplo, são o que definem um empreendimento da ES diferenciando-o de uma empresa capitalista que vise apenas o lucro e a acumulação, segundo os militantes.

Existem várias proposições, em geral produzidas por agentes que atuam dentro da academia (sociólogos e economistas principalmente), que tentam dar conta de uma definição de empreendimento solidários a partir de dados que podem ser medidos e comparados.

Todos estes valores, que devem estar presentes num EES foram “traduzidos” de forma a compor questões de múltipla escolha no questionário. Também o trinômio “economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável” está contemplado nas segmentos do questionário que está assim dividido: “identificação, abrangência e características gerais”; “tipificação e dimensionamento da atividade

econômica”; “investimentos, acesso a crédito e apoios”; “gestão do empreendimento”; situação de trabalho no empreendimento” e “dimensão sociopolítica e ambiental”.

O que se observa é que no “movimento”, apesar de não haver uma medida no sentido estrito, ou seja um número de assembleias que devem ser realizadas, o número de sócios ideal etc, existe sim a idéia que há limites mínimos e máximos que caracterizam ou descaracterizam uma empreendimento solidário. Ou seja, é como se todos soubessem os limites, mas não fossem capazes de apontá-los em termos numéricos. Um exemplo: O fato de, em um empreendimento, a divisão dos ganhos não ser exatamente a mesma (que é o ideal do compartilhamento de resultados), não faz com que, por isso, não seja considerado um empreendimento solidário. Mas provavelmente todos concordariam que a diferença entre a maior e a menor remuneração de, digamos cinquenta vezes, não caracteriza uma empreendimento solidário. O acordo é que o ideal é que a diferença tenda a nenhuma, mas qual é o máximo aceitável, não existe.

Além de não existir acordo sobre limites que possam ser concebidos como numéricos, a caracterização, na maioria das vezes implícita, dos empreendimentos sempre é uma combinação de fatores que podem inclusive se compensar. Ou seja, se a divisão dos ganhos está um pouco afastada do ideal, mas as decisões são o mais “horizontais” possível, este dois fatores podem compensar um ao outro.

“Agora nós existimos”

Todo o esforços em transformar a ES em números, as incontáveis discussões sobre a índices e possibilidades de quantificar e a tentativa complexa de combinar mobilização política, rigor científico e reconhecimento estatal, culminaram na publicação do “Atlas da Economia Solidária no Brasil”. O Atlas foi o primeiro produto do mapeamento.

No Atlas os números são apresentados na forma gráfica de mapas. O privilégio a este tipo de apresentação dos resultados das pesquisa seria outro tema interessante de discussão, e nesse momento só vou apontar um dos aspectos. O mapa sugere concretude como se, lá do alto, se pudesse ver a Economia Solidária acontecendo.

E se no início a questão era a adequação de uma realidade complexa e cuja concretude era dificilmente apreensível por meio de número, ao final, o Atlas cria outro tipo de materialidade. As controvérsias, que poderiam colocar em questão a legitimidade dos resultados da pesquisa são apagadas.

Na cerimônia de lançamento do Atlas o representante nos empreendimentos, segurando o livrinho amarelo nas mãos diz: “Nós não existíamos. Não existíamos socialmente nem politicamente. Agora nós existimos. Está aqui.”